

O “ARMÁRIO” DA UNIVERSIDADE: O SILÊNCIO INSTITUCIONAL E A VIOLÊNCIA, ENTRE A ESPETACULARIZAÇÃO E A VIVÊNCIA COTIDIANA DOS PRECONCEITOS SEXUAIS E DE GÊNERO

HENRIQUE CAETANO NARDI
PAULA SANDRINE MACHADO
FREDERICO VIANA MACHADO
LETÍCIA ZENEVICH

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir como a Universidade, uma instituição que historicamente assumiu a função social de formação das elites, engendra mecanismos de regulação social que (re)produzem as hierarquias sexuais e de gênero. Tomaremos a metáfora do armário, discutida por Eve K. Sedgwick, para analisar práticas ritualizadas que ocorrem cotidianamente neste contexto. A partir de observações do cotidiano e narrativas de experiências de estudantes e professoras(es) de uma das mais importantes Universidades Públicas do País, analisamos as maneiras por meio das quais a violência é utilizada como uma forma de regulação das expressões de gênero e da sexualidade. A análise indica que a violência emerge de maneira mais espetacularizada no contexto das calouradas e das práticas do “trote”, mas está sistematicamente presente nas formas mais cotidianas da demarcação dos espaços, nos quais é possível ou não falar das sexualidades não heterossexuais. A articulação dessas formas de violência constrói um ambiente heteronormativo e heterossexista que (re)produz e atualiza hierarquias e desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Violência, educação superior, trotes, heterossexismo, eteronormatividade.

A teoria sociológica foi bastante contundente ao apontar a importância dos sistemas de ensino e do capital cultural para a reprodução das formas de dominação e, conseqüentemente, para a manutenção das desigualdades e hierarquias sociais. Nesse sentido o acesso e o sucesso no sistema educativo serão aspectos fundamentais para definir a posição social dos indivíduos. Na dinâmica da reprodução das elites, o sistema universitário tem historicamente contribuído para transformar o privilégio social em mérito individual (Bourdieu e Passeron 1975). É importante ressaltarmos que este mecanismo, descrito por Bourdieu e Passeron, é análogo aos esforços da ciência moderna em traduzir as desigualdades sociais em diferenças localizadas nos indivíduos, seja do ponto de vista biológico, moral ou psicológico.

A análise dos autores desconstrói a ideia de que os indivíduos estão distribuídos de maneira exclusivamente meritocrática ao longo do sistema educativo e demonstra que existem mecanismos eficazes de reprodução das distinções sociais, seja a partir da hierarquização entre instituições de ensino, seja no interior das mesmas, sem que este processo apareça como dominação ou opressão social, mas sim como consequência de diferenças individuais. Apesar das transformações recentes nas diversas instâncias dos sistemas e práticas educacionais — como a introdução das *cotas étnico-raciais* e para estudantes de escola pública, que reconhecem a historicidade da desigualdade e questionam a perspectiva exclusivamente meritocrática — a tese dos autores permanece atual e pertinente para a análise do contexto universitário brasileiro. Mesmo com os esforços no campo da educação para produzir práticas de ensino transformadoras, inclusivas e politizadas, não podemos ignorar os limites impostos a estas iniciativas, por questões históricas, econômicas, políticas e culturais.

As universidades, assim como outros estabelecimentos de ensino brasileiros, estão atravessadas por marcadores sociais de diferenciação, tais como classe, raça, gênero, território, sexualidade e outros. Na condição de instituição voltada para a formação técnica e intelectual das elites, a universidade pode ser compreendida como um espaço que não apenas reproduz, mas também atualiza as desigualdades e hierarquias frente às transformações sociais que buscam questionar e/ou mitigar essas mesmas estratificações. Deste modo, muitos conflitos sociais encontram na universidade mecanismos de estabilização e produção de valores capazes de dissipar seu potencial político (Rancière 1996: 2010).

O ensino superior participa da distribuição diferenciada e hierarquizante das posições sociais relacionadas à produção, utilização e legitimação dos saberes e formas de conhecimento. Essa distribuição, que assume a forma concreta de títulos, diplomas, especialidades e habilitações, permite (no sentido ambivalente da palavra “poder”) que indivíduos selecionados hierarquicamente possam ocupar lugares determinados, associando

essa localização a um status social. Relacionadas às práticas estruturantes das dinâmicas sociais, as relações de poder cristalizadas no interior da universidade serão causa e sintoma das formas de dominação de uma sociedade. É evidente, no entanto, que em uma sociedade “democrática”, na qual existe a possibilidade de reversão das posições ocupadas pelos sujeitos e grupos no interior das relações de poder, a ideia de reprodução tomada de Pierre Bourdieu deve ser nuançada a partir do conceito de poder proposto por Michel Foucault (1994), o qual é marcado pelo seu caráter difuso, em rede, produtivo e não restrito a relações verticais e de opressão. Entretanto, para que a lógica institucional mude, tornando mais flexível os vetores de força que compõem as relações de poder, é necessário desconstruir os mecanismos que cristalizam as desigualdades, evidenciando a forma como os enunciados com efeito de verdade legitimam o funcionamento da Universidade como reprodutora das elites.

A universidade não apenas garante o monopólio do acesso a determinadas formas de conhecimento e a autorização para desempenhar determinadas funções, mas também articula redes de sociabilidade que circunscrevem as trocas sociais dentro de grupos relativamente homogêneos (ou que foram homogeneizados). Ao mesmo tempo, trata-se de uma instituição que se apresenta como o lugar da “razão”, como um destes espaços protegidos da violência (uma vez que a violência da “razão” não é levada em conta), da “ignorância” e da “irracionalidade”, responsável por fazer cumprir, e até mesmo aprofundar, os princípios democráticos e de cidadania. É nesse ponto de convergência — entre a adoção de uma série de normas como ferramenta para garantir a “racionalidade”, o controle e a regulação de um espaço que se pretende protegido, e a imposição dessas mesmas normas como restritivas à diversidade e hierarquizadoras das relações sociais — que se inscreve nossa análise sobre a produção de violências cotidianas e espetacularizadas e a ritualização do preconceito no contexto da Universidade¹.

Neste artigo, tomaremos a metáfora do armário, discutida por Eve K. Sedgwick (2007), para analisar práticas ritualizadas que ocorrem nesse contexto. Utilizaremos como material empírico “observações do cotidiano” e narrativas de experiências de estudantes e professoras(es) que ocorreram no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Selecionamos aquelas situações que foram identificadas por nós como “situações-chave” e/ou “casos-exemplares” da (re)produção da intolerância em relação à diversidade sexual e de gênero na universidade. Tais cenas e narrativas foram acessadas por meio das atividades do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade (CRDH) e da equipe do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), que envolviam, entre outras, a observação dos trotes,

¹ Evidentemente há resistência no contexto universitário, como núcleos de pesquisa e coletivos estudantis comprometidos na luta contra a violência e o preconceito sexual e de gênero. Não desenvolveremos esse aspecto, mas é importante ressaltar que, embora a resistência exista, ela ainda está distante de reverter a lógica heteronormativa e heterossexista e enfrentar plenamente as diversas formas de violência perpetradas neste contexto.

de caráter público, na UFRGS, e o acolhimento de denúncias de violência e discriminação associadas às expressões de gênero e sexualidade dentro ou fora do espaço universitário.

Desde 2012 o CRDH vem desenvolvendo ações que visam a ampliar os espaços de reflexão e as ações de enfrentamento ao preconceito e à discriminação baseados nas expressões de gênero e sexualidade². O Centro tem atuado nos eixos de acolhimento, formação, pesquisa e assessoria. Em conjunto com outros grupos/núcleos/coletivos na Universidade, que também se ocupam do enfrentamento das formas de violência e da discriminação associadas às expressões de gênero e sexualidade, tem se constituído em um espaço de intervenção institucional que busca desconstruir o “armário” formado pelo estigma e pelo preconceito que se nutre de práticas naturalizadas no contexto universitário.

Ao longo do artigo, dialogaremos, ainda, com alguns acontecimentos que se tornaram visíveis na mídia e que ocorreram em outras universidades brasileiras, de modo a evidenciar que as situações e relatos por nós analisados não devem ser lidos como excepcionais e estão longe de se restringir a um contexto universitário específico, apesar de assumirem formas particulares e serem explicitados e atualizados de maneiras distintas. Utilizaremos, portanto, um material empiricamente heterogêneo, narrado e acessado em distintas temporalidades e por diferentes pessoas. Com isso, assumimos os riscos de uma análise sustentada em histórias contadas no cotidiano ou na observação de práticas que, embora recebam a mesma denominação, acontecem em espaços diversos, muitas vezes de forma simultânea (como é o caso dos trotes). Apostamos nas observações e relatos recolhidos de forma não sistemática, sublinhando que os mesmos não se constituem como meras “ilustrações” de nossos argumentos, mas são tomados como efeitos concretos das normatividades em relação às expressões do gênero e da sexualidade que circulam na instituição. Desse modo, esse material nos permitirá analisar a violência física e simbólica, no que se refere ao gênero e à sexualidade, como processos que articulam práticas e discursos contraditórios, a partir de redes sociais complexas, e que se manifestam tanto em momentos ritualizados da vida universitária — como os trotes — quanto em situações corriqueiras, como o cotidiano das salas de aulas, dos corredores e demais espaços de convivência.

RITOS DE PASSAGEM E HIERARQUIAS SOCIAIS

As formas mais espetacularizadas de violência, física e simbólica, que ocorrem sistematicamente no contexto das calouradas e das práticas do “trote”, assim como as formas mais cotidianas de violência, quando articuladas ao discurso oficial da racionalidade

² A criação do Centro de Referência é um dos produtos do projeto de extensão Intervenção Interdisciplinar em Coletivos: Vulnerabilidade Social e Direitos Humanos, que foi contemplado pelos Editais de 2011 e 2012 do PROEXT/MEC/SESU.

científica e do universalismo cidadão, formam um ambiente complexo e paradoxal. Essa dinâmica inaugural, ou *rito de passagem*, especifica a quem essa passagem é permitida, em termos de posição socioeconômica, orientação sexual, hierarquia atribuída ao curso selecionado em relação aos demais, dentre outras formas de desigualdade. Trata-se de uma encenação da hierarquia social circunscrita e constitutiva de um *ethos* institucional localizado. Deixa-se para trás um lugar e se é colocado na trajetória de outro, desde que algumas regras que são ali reiteradas de forma performativa sejam respeitadas. Consequentemente, este processo marca as identidades às quais estes lugares não são permitidos, formando um sistema valorativo articulado e interdependente.

O trote pode ser compreendido como parte das experiências formativas oferecidas pela universidade, as quais participam do processo educativo responsável pela formação das elites. Uma prática muito comum nos trotes observados na UFRGS reproduz performances associadas à mendicância, que incluem posturas corporais e modos de enunciação que remetem à autocomiseração e à subserviência, demarcando uma posição de inferioridade social. A cada período de ingresso, assiste-se a uma mudança no cenário urbano de classe média nas imediações das dependências da Universidade. Nas esquinas e semáforos, os mendigos habituais e os pedintes são deslocados desse espaço e dão lugar às/aos calouras/os de cursos como Medicina, Engenharia e Direito que, em geral, ocupam posições privilegiadas na estrutura social. O dinheiro, exigido e recolhido pelas e pelos “veteranas/os” servirá, entre outras coisas, para financiar a celebração de finalização do trote e de integração dos calouros à vida universitária, bem como ao círculo seleto desses futuros profissionais. Parece-nos revelador e sintomático que exatamente alguns dos cursos melhor posicionados hierarquicamente no imaginário social (medicina, engenharia e direito³) encenem costumeiramente em seus trotes um ritual de expropriação de um personagem tão mal posicionado nesta mesma hierarquia: o mendigo⁴.

3 A partir de uma pesquisa junto aos alunos de um curso de enfermagem de uma universidade pública do sudeste, Siqueira; Fonseca; Sá e Lima (2012) identificam a prática do pedágio. As autoras ressaltam como, neste contexto, são reforçados estereótipos sexuais a partir da encenação de brincadeiras de “estilo militar” (entre outras), que seriam formas de naturalizar hierarquias, transformando relações de poder em subalternidades necessárias à posição social dos indivíduos dentro da instituição.

4 Outro acontecimento de amplo alcance midiático ocorreu na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), quando alunos/as do curso de direito acorrentaram uma caloura com a pele pintada de preto, carregando um cartaz escrito “caloura Chica da Silva”. Alunos/as desta mesma universidade amarraram um calouro, também pintado, e posaram para fotos fazendo uma saudação nazista. As fotos destes acontecimentos circularam exaustivamente na internet, exibindo os sorrisos dos/as alunos/as que acreditavam estar participando de uma “brincadeira” e não de uma atividade criminosa e ilegal (Cf.: Viomundo: 2003). Após sindicância, a UFMG entrou com um processo contra cento e noventa e oito alunos/as, porém consta nos autos que os/as alunos/as serão indiciados/as pela venda de bebidas alcoólicas e não aparecem palavras como “racismo”, “violência”, “preconceito” ou algo que o valha (Cherem: 2013). A atitude da UFMG é bastante ilustrativa do que queremos dizer com a individualização dos atos de violência, pois o processo tentará medir a responsabilidade de cada um dos envolvidos. Esta tentativa de individualização de atitudes como estas, que pode ser identificada em diversos outros casos, reflete a incapacidade das instituições universitárias reconhecerem a dimensão institucional do preconceito bem como sua participação e responsabilidade na manutenção das hierarquias sociais. Como consequência, posições individualizantes impedem ações sistemáticas preventivas e educacionais que atinjam as formas de socialização, inserção institucional e regimentares.

A prática descrita se caracteriza como um momento liminar em que, ao encenar a subordinação, reitera as posições de classe que serão recompostas ao final do trote e sustentadas a partir de ações necessárias à formação da identidade profissional. Trata-se de um momento de inversão simbólica, tal como o carnaval, no qual se reafirma a norma que rege o pertencimento de classe e a distribuição hierárquica dos papéis e identidades sociais. Esses ritos de passagem demarcam posições sociais e a participação nestes jogos simboliza o ingresso e o pertencimento a um determinado ethos de classe. Os rituais de humilhação ensaiam e preparam os futuros humilhadores a partir da inversão das regras, as quais, quando restituídas e normalizadas, garantirão a legitimidade das hierarquias e do posicionamento na estrutura social, ocultando o privilégio e a desigualdade.

Além de naturalizar estereótipos e demarcar hierarquias sociais mais amplas, os trotes costumam reforçar o espírito corporativo que se sustenta na hierarquia das profissões. Na UFRGS, é comum que calouros de um curso se dirijam até as dependências de outro curso proferindo bordões que possam funcionar como inferiorizadores. Nessas práticas, as hierarquias relacionadas à sexualidade ocupam um lugar central. Nos trotes, são performadas⁵ cenas que enfatizam lugares diferenciados de poder entre homens e mulheres, nas quais invariavelmente a posição ocupada pelo feminino aparece como subalternizada (por exemplo, solicita-se às calouras que desfilem para os veteranos, que simulem sexo oral em bananas que os veteranos seguram em frente à sua genitália, são simulados estupro, entre outras encenações). Siqueira e Rocha (2008; 2008b) e Siqueira, Fonseca, Sá e Lima (2012) identificam aspectos do trote que reforçam a percepção das mulheres acerca das diferenças (hierarquizadas) de gênero, constituindo-se como tecnologias do eu, no sentido foucaultiano do termo, pois articulam práticas a partir das quais se expressam “verdades” acerca de si e de sua sexualidade. As autoras argumentam que as práticas do “trote” terão um forte impacto no tipo de profissional que está sendo formado, mas também nas diferenciações de gênero, acerca do que se considera feminino ou masculino,

quando as estudantes de medicina, informantes deste estudo, adotam comportamentos e emitem valores que as posicionam como inferiores aos homens, elas estão se subjetivando como menos capazes, naturalizando as diferenças e reforçando os homens como mais aptos e superiores. Em instâncias como o trote, à medida que seus corpos se tornam objeto do poder masculino, elas aprendem a lidar com a ambivalência, a aceitar e a reproduzir situações onde prevalece o sexismo, o assédio moral e a falta de ética (Siqueira e Rocha 2008: 33).

A sexualidade ocupa um lugar importante nos trotes e as expressões não

⁵ O uso do verbo *performar* remete tanto ao conceito de *performance* como ao de *performatividade* tal como definidos por Judith Butler (1990). Ou seja, uma *performance* é sempre um ato performativo que reitera o regramento de gênero, sexualidade e classe.

heterossexuais da sexualidade são sempre colocadas em cena, servindo de chacota, motivo de desmerecimento profissional e sendo utilizadas como demarcação de um lugar normativo que não se deve transgredir, sob o risco de sofrer uma série de desqualificações. Em 2013, observamos uma cena que vem se repetindo, há alguns anos, no curso de Direito da UFRGS: os e as estudantes do curso levam seus/suas calouros/as até a frente da fachada do prédio do curso de Economia e, chegando lá, são forçados a entoar a seguinte frase: “Se eu fosse viado, eu fazia Economia, mas eu sou do Direito e o Direito é putaria!”, com variações para “Economista, bichinha, só conta moedinha!”. Tradicionalmente, os calouros da Engenharia são levados para a frente do prédio do curso de Arquitetura, onde são instruídos a gritar: “Arquiteto, bichinha, só brinca de casinha!”. Apesar das medidas institucionais já tomadas pelo Instituto de Psicologia, em 2013, repetiu-se a prática já tornada tradicional no trote da FABICO (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação). Todos os anos, calouros e calouras, principalmente de Comunicação Social – dirigem-se ao prédio da Psicologia, situado do outro lado da rua, para gritar “Freud viado”. Em anos anteriores, antes da intervenção institucional, as/os calouras/os da Psicologia respondiam aos/as colegas da Comunicação Social, reiterando o preconceito e gritando em frente ao prédio da FABICO: “Boni viado” em alusão ao personagem mítico da Rede Globo de Televisão⁶.

Utilizar as sexualidades não heterossexuais como insulto integra, entre outros mecanismos, estratégias regulatórias para manter a heterossexualidade como norma. Funciona, também, como momento em que se visibilizam as regras do que é permitido ou não em termos de sexualidade e, ainda, explicita um determinado código de “honra”, que orienta, em grande medida, as distinções em torno das maculindades e feminilidades. A honra, de acordo com Pitt-Rivers (1965; 1979), define-se como um “auto” e “hetero-conceito”, já que permite ligar aquilo que o indivíduo pensa ou aspira sobre si aos ideais da sociedade. Assim, ter honra implica em conduzir-se e ser tratado de uma determinada forma “valorizada”, definida por uma imagem idealizada socialmente, o que concede à honra um aspecto público bastante relevante.

A honra é sempre um momento de negociação, porque as regras, embora rigidamente estabelecidas, não podem ser consideradas estáticas ou imutáveis. Fonseca

6 Um relato análogo foi descrito por Martins e Prado (2013) e analisado por Prado; Martins e Rocha (2009) no âmbito da UFMG. Durante vários semestres, alunos dos cursos do Instituto de Ciências Exatas da UFMG aproveitaram a ocasião dos trotes para desfilar com os/as alunos/as, sujeitos/as de tinta e em fila indiana, como se fizessem parte de um exército. Ao passarem em frente à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, os/as veteranos/as obrigavam os/as calouros/as a entoarem “1, 2, 3, 4, na FAFICH só tem viado; 4, 3, 2, 1, eles dão pra qualquer um” (Martins e Prado: 2013). A equipe do Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG, localizado na FAFICH, filmou estes acontecimentos e organizou um seminário para discutir o posicionamento da Universidade. Segundo relatos, a principal demanda das autoridades universitárias era que fossem disponibilizados os vídeos para que a Reitoria pudesse punir cada um dos participantes. Mais uma vez, podemos notar o ímpeto da responsabilização individual e a incapacidade da instituição repensar suas práticas. Estes exemplos mostram como a diferenciação heterossexual/homossexual participa da hierarquização social e do processo de constituição da identidade profissional e de classe dos sujeitos que participam destes rituais de iniciação.

(2000), trabalhando com grupos populares em Porto Alegre, aponta que a honra permite identificar e entender como se dão os “jogos” perante a opinião pública, havendo, portanto, uma constante negociação sobre a “boa” e a “má” reputação. As pessoas medem, constantemente, sua posição em relação aos outros e a questão da honra é sempre relacional e formadora de um sistema, tal como encontramos em Pitt-Rivers (1979) “o aumento do prestígio de um supõe a diminuição do outro. Por isso, a discussão sobre honra e masculinidade está tão interligada” (Welzer-Lang 2001).

É assim que, para Pitt-Rivers (1965; 1979), ao mesmo tempo em que estabelece a posição dos sujeitos, a honra também indica quais são os critérios de precedência, ou seja, os caminhos que são necessários para alcançá-la, assim como os enfrentamentos e rituais exigidos. A honra está, assim, relacionada a ações, e mesmo as palavras proferidas possuem seu valor enquanto atos, formas de dizer. As palavras e ações são significativas no código de honra enquanto expressões da atitude que reivindica, concede ou não reconhece honra. É a opinião pública que interessa nessas situações e, no universo da honra, é desaconselhável “decair aos olhos dos outros”. A honra estabelece uma mediação entre os ideais sociais e sua pretensa personificação pelos indivíduos e se define por meio dos jogos que os atores sociais estão jogando (Fonseca 2000; Pitt-Rivers: 1979).

De acordo com Godelier (1982), entre os Baruya da Nova Guiné, o controle masculino se exerce em diversas esferas sociais. As mulheres são privadas da propriedade da terra, separadas da produção dos meios de destruição e de troca, do uso das armas, etc. No processo de reprodução da vida, os homens também parecem ter primazia. O esperma, produto exclusivo dos homens, representa a vida, a força, o alimento que a impulsiona. Além de influenciar a produção de leite feminino e ajudar as mulheres no parto, o esperma “constrói” outros homens. Na medida em que a iniciação masculina depende de uma separação radical em relação ao universo feminino, dá-se uma espécie de “renascimento dos meninos”, que devem ser alimentados pelo sêmen de outros rapazes, virgens e solteiros, prática que os tornará maiores e mais fortes do que as mulheres. O fato de serem portadores desta fonte de força e de vida, o esperma, faz dos homens os representantes, os pilares e os dirigentes legítimos da sociedade.

A sexualidade é trabalhada, por Godelier (1982), como um idioma: ela fornece o material com o qual se fabricam as mensagens e os discursos que interpretam e justificam todas as desigualdades sociais entre homens e mulheres. O lugar diferenciado que cada sexo ocupa no processo de reprodução da vida oferece a base para a aplicação da dominação masculina. Ele está se referindo, portanto, conforme apontado por Azcona (1992), ao modo como as práticas simbólicas referentes ao sexo entre os Baruya se expressam em relações de domínio e de exploração dos homens sobre as mulheres.

Daniel Welzer-Lang (2001) explora esse rito Baruya para explicar como a “Casa dos Homens” se estrutura nas sociedades ocidentais urbanas a partir da construção de uma masculinidade viril, cuja produção passa pelo estabelecimento de uma hierarquia

do masculino (dominação de homens sobre homens) que será a condição para a dominação masculina, sustentada em uma conexão intrínseca do sexismo com o heterossexismo, ou homofobia, como prefere o autor.

No contexto universitário que analisamos, as situações ritualizadas dos trotes reiteram valores que transitam em níveis diferentes de visibilidade e ocultamento, intercambiáveis de contexto a contexto, o que faz as formas de violência, espetacularizadas e cotidianas, legitimarem-se mutuamente. O preconceito, compreendido aqui como uma produção social que amalgama enunciados de inferiorização de determinados grupos, é uma das formas de categorização social que emerge da naturalização de determinadas formas de violência e subalternização, simplificando os atos do cotidiano e ocultando seus aspectos paradoxais (Prado e Machado: 2008).

A UNIVERSIDADE COMO “ARMÁRIO”

A proposta de pensar a Universidade como um grande “armário” é inspirada no ensaio de Eve K. Sedgwick (2007). A autora demonstra como a divisão binária das formas de expressão da sexualidade (heterossexual/homossexual), submetida à lógica heterossexista, ordena tanto as formas de pensar, como a constituição dos sujeitos e a estrutura das relações sociais. Para Sedgwick,

[...] grande parte da energia de atenção e demarcação que girou em torno de questões relativas à homossexualidade desde o final do século XIX, na Europa e nos EUA, foi impulsionada pela relação distintivamente indicativa entre homossexualidade e mapeamentos mais amplos do segredo e da revelação, do privado e do público, que eram e são criticamente problemáticos para as estruturas econômicas, sexuais e de gênero da cultura heterossexista como um todo; mapeamentos cuja incoerência capacitadora, mas perigosa, foi condensada de maneira opressiva e duradoura em certas figuras da homossexualidade. “O armário” e “a saída do armário”, ou “assumir-se”, agora expressões quase comuns para o potente cruzamento e recruzamento de quase todas as linhas de representação politicamente carregadas, têm sido as mais magnéticas e ameaçadoras dessas figuras (2007: 26).

A autora afirma que, mesmo após a revolta de Stonewall, que mobilizou sujeitos dispostos a enfrentar a invisibilidade⁷ imposta à homossexualidade, o armário se mantém como uma estrutura que marca a forma como nos constituímos como sujeitos a partir de uma vigilância constante de nossas expressões da sexualidade, uma vez que participa do ordenamento das posições na hierarquia social. A Universidade, como uma

⁷ A invisibilidade, para a autora, funciona como referência para a metáfora do armário. Ela se refere, sobretudo, a uma ausência de legitimidade social, uma vez que a homossexualidade, assim como a transexualidade e a travestilidade, nunca foram invisíveis, mas sim encerradas no espaço de visibilidade destinado à abjeção.

instituição que reitera a produção dessas hierarquias, em sua larga tradição de reprodução das elites, vai se inscrever à epistemologia do armário ao firmar a linha divisória do público e do privado, sobretudo quando o privado remete às sexualidades não heterossexuais⁸. O lema do feminismo “o pessoal é político” não adentrou a Universidade, já que segue relegando diferenças ao plano individual e às soluções técnicas. A partir do material que analisamos, destacamos que o “armário” se faz presente na produção da violência que atravessa as relações de gênero e as expressões da sexualidade pelo menos de duas formas: a) na violência espetacularizada dos “trotes” e; b) na violência no cotidiano.

a) *A espetacularização* é evidente nos rituais de passagem que, por meio da humilhação das/os calouras/os, definem que pertencer a uma elite tem como consequência, em maior ou menor grau, submeter-se à dominação masculina, aceitar as hierarquias de classe e raça, reiterar a norma heterossexual e afirmar o heterossexismo, utilizando a sexualidade como forma de dominação/humilhação. A estrutura ritualística do trote implica os sujeitos envolvidos que, enquanto participam, assimilam e renovam os mecanismos de reprodução da dominação social e da formação das elites brasileiras que, como sabemos, constituíram-se sobre uma desigualdade estrutural e uma ética social que não se libertou das marcas da escravidão, uma vez que nunca tomou a pobreza e a desigualdade como questões sociais que deveriam ser radicalmente enfrentadas no fazer da sociedade. Ela é encenada no campo da sexualidade na reafirmação da superioridade moral da heterossexualidade. Em outras palavras, a dinâmica do armário é análoga à manutenção dos privilégios que estruturam a sociedade brasileira. Reiteramos aqui que, apesar de espetacular, o trote não é uma forma de relação de poder verticalizada. Há por parte dos/as estudantes que participam dos trotes uma aceitação da desigualdade performatizada. Os enunciados que caracterizam essas práticas possuem efeito de verdade e há certo gozo em fazer parte de um ritual que posiciona seus/suas integrantes (ou promete posiciona-los/as) em um estrato social superior a partir do pertencimento social.

Assim, as situações apresentadas no tópico anterior podem ser contextualizadas como formas espetacularizadas de violência, que reforçam elementos de diferenciação e hierarquização entre cursos e que tomam a hierarquia da sexualidade como um paralelo de posições. Podemos encontrar diversos outros casos que ampliam a percepção dessas dinâmicas interacionais e que são úteis para analisarmos as conexões com as formas

⁸ Embora não faça parte do escopo da análise aqui apresentada, uma vez que estão intrinsecamente relacionadas, é importante ressaltar que esta linha divisória também pode ser identificada em relação às diferenças raciais.

cotidianas de violência e a sexualidade.

Um exemplo que data de trinta anos atrás, vivido por um dos autores desse artigo, mas que se repete em outras formas de apresentação do trote, marca a forma como o heterossexismo é reiterado. Naquela época (1983), as/os veteranas/os do curso de medicina levavam os/as calouros/as ao centro da cidade para mostrar à sociedade porto-alegrense as/os futuras/os médicas/os. No registro da humilhação, eram apresentadas/os sujas/os de tinta, ovos, erva-mate, além de serem forçadas/os a beber cachaça e amarradas/os umas/uns às/aos outras/os para não fugirem. O ritual terminava na principal esquina do centro de uma cidade ainda não povoada pelos shoppings centers. Ali as/os calouras/os tinham de performar uma “cantada” em um/a veterano/a, reforçando a lógica heteronormativa que se afirmaria durante o curso. Um calouro falha na cantada e a consequência é ser chamado de “viado” aos gritos pelo grupo. Como o jovem em questão tinha muito claro que sua orientação não era heterossexual, naquele momento, ele aprende que a UFRGS e o curso de medicina seriam espaços onde se deveria traçar uma linha divisória muito rígida entre a vida privada e a vida pública de estudante.

Recentemente, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Ciências da Saúde, de Porto Alegre, a eleição do Diretório Central dos Estudantes (DCE) foi vencida por uma chapa com duas pessoas notoriamente homossexuais. Após o anúncio do resultado eleitoral, alguns e-mails foram enviados com dizeres como “A Chapa 2 venceu! Agora teremos clericot e serviço de manicure, de pedicure e muita purpurina no DCE!”. Pouco a pouco, as mensagens foram se tornando mais agressivas, até que, irrisignado, um estudante do segundo ano conclamou os colegas por *e-mail*,

“está na hora de unirmos forças e, veladamente, fazer o que nos couber para dar fim — pouco a pouco — nesta peste. No momento da consulta [médica oferecida pela faculdade] de uma bicha, ou recuse-se (pelos meios cabíveis em lei), ou trate-os erroneamente!!!”

Após a história ganhar repercussão nacional, a autoria do e-mail foi descoberta e o aluno do segundo ano, seu remetente, foi suspenso por dois anos do curso de Medicina. Este caso, apesar de não fazer parte dos rituais de iniciação, mostra como inclusive os debates públicos e políticos realizados dentro da universidade, como a eleição para o DCE, estão atravessados pelas hierarquias de gênero e de orientação sexual. Além disto, a iniciativa da universidade reforça a perspectiva de que a solução está na punição e na responsabilização individual, ignorando a dimensão pedagógica do debate a respeito da conformação institucional dos preconceitos e das consequentes ações discriminatórias e violentas.

As diferenciações entre cursos (o direito humilhando a economia, as ciências exatas humilhando as ciências humanas e assim por diante) forjam rituais que hierarquizam

as profissões entre si. Isto nos leva a considerar a significação e o valor atribuídos aos destinatários e os lugares reservados às práticas sociais de cada campo de atuação, além das regras específicas de pertencimento e formação da identidade profissional. A partir do caso citado, também podemos suspeitar que muitas deficiências das políticas públicas de saúde no atendimento de homens e mulheres, homossexuais ou não, mas com maior gravidade no atendimento de travestis e transexuais, encontram fundamentos na formação destes profissionais⁹.

Podemos fazer aqui o paralelo com a afirmação de Michel Foucault (1976) de que a vigilância da sexualidade da burguesia substituiu o sangue nobre da aristocracia como estratégia de legitimação da dominação. Os rastros dessa vigilância, particularmente em relação às expressões de sexualidade e gênero, são evidentes nos relatos que analisamos. A busca por punições exemplares reforça a perspectiva da universidade de procurar culpados, atomizando o preconceito e individualizando a discriminação, concebendo a violência como “variável estranha” e não como um fenômeno alicerçado nos aspectos institucionais. Isto ressalta a importância de considerarmos os indivíduos e as instituições corresponsáveis pela manutenção das hierarquias, preconceitos e discriminações. Nesse sentido, a discussão sobre heteronormatividade e heterossexismo (respectivamente, a instauração da heterossexualidade como norma e a hierarquização das sexualidades¹⁰) é essencial para a compreensão da manutenção das hierarquias sociais e da violência que delas derivam (Prado, Martins e Rocha 2009). Além disso, nossa análise nos leva a argumentar sobre a necessidade de articularmos as violências espetacularizadas e cotidianas para um maior entendimento destes fenômenos.

B) *A violência do cotidiano*, por sua vez, remete à manutenção da norma por meio da demarcação dos espaços nos quais se pode falar de sexualidade e de gênero e dos espaços onde a heteronormatividade impera, naturalizando as relações de gênero e a hierarquia sexual. As relações de poder no cotidiano se evidenciam, sobretudo, nas hierarquias no interior da instituição e no silenciamento das diferentes expressões de gênero e da sexualidade que habitam a universidade, em momentos nos quais a disciplina e o controle se articulam. Essas expressões da sexualidade só são legítimas como objetos de estudo e intervenção,

9 Estas relações nos oferecem pistas de que é bastante possível que estes profissionais também tratarão seus pacientes de forma diferenciada em função de raça, classe social e outros marcadores sociais hierarquizantes. Tivemos contato com relatos sobre nomeações desrespeitosas de alguns estudantes de medicina para com usuários de postos de saúde. Em Belo Horizonte, os usuários pobres eram chamados de “jacarés”, ao passo que em Porto Alegre eram chamados de “tigres”. As duas nomeações associam “pobreza”, “capacidade intelectual”, “asseio” e “elementos estéticos” para significar e caracterizar usuários atendidos pelos estudantes durante seus estágios no Sistema Único de Saúde em regiões pobres da cidade.

10 O termo mais utilizado seria o de homofobia institucional. Apesar de nossas reservas quanto a sua precisão conceitual, o conceito de homofobia é utilizado mais amplamente que heteronormatividade e heterossexismo e é mais específico que preconceito. Para uma discussão sobre os limites e possibilidades deste conceito ver Junqueira (2007).

mas são interdidas na ritualização hegemônica dos espaços de sociabilidade (como por exemplo, nos cartazes que celebram a heterossexualidade articulada ao sexismo nas festas organizadas pelos Diretórios Acadêmicos — DA's¹¹). Vejamos alguns relatos que corroboram a discussão que propomos.

Um aluno do curso de direito, assumidamente homossexual, narrou que havia saído da sala de aula para buscar um café e que, ao retornar, um colega que estava por entrar na sala neste mesmo instante disse: “Tu não vai [sic] entrar comigo, vai? Espera um pouco aí, porque se tu entrar [sic] comigo as pessoas vão fazer piada”. Em outro depoimento, uma aluna do curso de sociologia, lésbica, relata que escutou uma conversa entre colegas da psicologia, na qual uma das aspirantes à psicóloga conta jocosamente que descobriu que um colega é gay. A reação do grupo veio em uníssono na interjeição: “Ai, que nojo! Imagina os dois na cama! Dá vontade de vomitar!”, continuaram. Essa aluna, também investigadora na temática de gênero e sexualidade, afirmou que se sentiu invisível e impedida de expressar sua orientação sexual, pois, para aquele grupo, a homossexualidade constituía-se em uma marca naturalizada de subalternidade, reiterando a ocupação do espaço universitário pelo preconceito. Tais exemplos nos mostram que a heterossexualidade compulsória é uma das lógicas paradoxais do armário (Villaamil 2005)¹².

Podemos identificar, nesses depoimentos, injunções discriminatórias que apontam para falas de alunas/os que engendram o ambiente de recepção e identificação entre pares. Entretanto, casos de preconceito e discriminação também envolvem, frequentemente, atitudes e falas de professores/as, os/as quais representam o discurso oficial acerca dos saberes institucionais e que não raro servem de modelo identificatório para muitos/as alunos/as. Os casos relatados abaixo, fruto de depoimentos de estudantes, ilustram este ponto:

- Durante uma aula de Direito de Família, o professor enunciou que “homossexual não é nem homem nem mulher”. Indignado, o aluno levantou-se e questionou: “Professor, eu sou gay, o que é que eu sou então?” Constrangido, o professor respondeu que “não era bem assim” e continuou sua aula.
- Em uma aula de introdução à Economia, o professor conceituou que cidades cosmopolitas seriam aquelas em que “sempre tem um viadinho saltitando” .
- Um professor do curso de jornalismo declarou para uma turma de graduação que a situação do jornalismo estava “desse jeito” porque “viados” e mulheres

11 Siqueira (*et al.* 2012) apresenta exemplos que nos ajudam a corroborar este argumento, apontando como os significados sobre a sexualidade se relacionam à uma lógica de consumo nas calouradas e festas estudantis.

12 O paradoxo do armário segundo o autor estaria em: “não sair do armário” e não sofrer discriminação explícita, mas ter que silenciar frente às discriminações implícitas e indiretas, ou “sair do armário” e enfrentar a discriminação explícita e/ou direta. Para uma discussão mais pormenorizada sobre o “paradoxo do armário” ver Villaamil (2005).

havam invadido as redações. “É impressionante”, ele explicitou, “como tem viado, até na seção policial”. Segundo ele, isto era negativo porque homossexuais e mulheres fariam as matérias a partir de telefonemas e não iriam até as delegacias colher informação. Arrematou dizendo que tudo isso era verdade, pois conhecia o editor da seção policial de um jornal local de alta circulação, e ele era homossexual.

- Um professor comentou que, no passado, como começavam a dirigir mais tarde, as mulheres dirigiam mal mesmo. Por isso, complementou, afirmar que mulheres dirigem mal tem “um fundo de verdade histórica”.

Um aspecto importante para abordarmos as hierarquias sexuais diz respeito ao fato de que o preconceito deve ser analisado como uma rede discursiva que organiza práticas sociais, e não apenas casos excepcionais (Prado *et al.* 2010). Embora isto possa ser observado em todas as situações que citamos, na medida em que revelam aspectos do que deve ser compreendido como positivamente valorizado nas performances masculinas e/ou femininas, no caso a seguir isto fica mais claro, pois vemos a masculinidade ser definida em contraposição à homossexualidade: durante uma conversa na qual explicitava o aumento do número de homens no curso de enfermagem, um aluno relata que sua colega disse: “Tá, mas quantos são homens mesmo?” [sic]. O relato demonstra como a homofobia é constitutiva da identidade masculina (Borrillo 2010; Welzer-Lang 2001), sendo compulsória aos que buscam se adequar à norma.

Deste modo, compreendemos que os enunciados preconceituosos afetam todos e todas, e não apenas os que sofrem com a discriminação, pois reforçam estereótipos que impõem dificuldades até mesmo àqueles/as mais “adequados/as” à norma (Prado *et al.* 2010). O preconceito se alimenta da reiteração dos estereótipos. Vemos nas situações abaixo como os espaços da universidade abrem a possibilidade para formas de violência cotidiana que impelem os sujeitos a se inscreverem a um conjunto de crenças subalternizantes e a adequarem seus gestos, crenças e atitudes. Dois casos relatados ilustram este argumento:

- No instituto de artes uma professora fez referência aos “homens que fazem sexo com homens”. “Os giletões?” — questionou uma aluna. “Não, não... os que dão o cu”. “O meu marido é urologista e me explicou tudo”, ela declarou.
- Neste mesmo Instituto, um aluno relatou que enquanto ainda vivia “no armário”, uma colega, que suspeitava de sua homossexualidade e importunava-o frequentemente na frente de colegas e desconhecidos, insistia em questioná-lo sobre quando ele admitiria sua orientação sexual em público.

Essas formas de subalternização atingem também o cotidiano do corpo docente. Foi-nos relatado que em uma confraternização de professores de vários cursos, um professor do curso de veterinária revelou que, quando faz festas e convida professores homossexuais, ele tem de esconder as crianças, porque “é uma viadagem só”. Outro professor relatou que passou a ser ameaçado de morte por uma aluna que, estando sexualmente interessada por ele, enfureceu-se ao compreender que ele era homossexual. Esse caso seguiu para o Conselho da Unidade, onde uma das professoras perguntou: “Tens certeza de que vai [sic] levar a questão adiante? Isso pode chegar até o Reitor!” Essa professora, preocupada com a permanência de seu colega “no armário”, reiterou a subalternidade da homossexualidade no âmbito institucional, colocando em segundo plano uma ameaça de morte.

Este exemplo nos ajuda a perceber que as diversas formas de hierarquização estão amalgamadas e devem ser compreendidas em suas articulações. Neste caso, mesmo sendo professor, o fato de ser homossexual “autorizou” a aluna a romper hierarquias e ameaçá-lo publicamente. Ainda, o demarcador honra-hierarquia ficou explícito quando o professor apresentou o caso em seu respectivo conselho universitário. A insinuação em relação aos “riscos” de levar o processo disciplinar adiante, pois o Reitor (e toda a instituição) tomariam conhecimento da orientação sexual do professor, aponta para os limites sempre presentes do “armário universitário”. O exemplo do professor de veterinária citado acima é também revelador do alcance desses discursos sutis, porém extremamente poderosos no que tange não apenas à reprodução das hierarquias, mas também à naturalização dos estereótipos que legitimam as formas de preconceito social.

O paradoxo do armário pode ser visualizado nesses jogos de revelação e ocultamento, que condicionam as possibilidades de aparição do sujeito homossexual. Por um lado, um aluno (ou professor) que não se adequa às expectativas do gênero masculino, tais como a voz fina, o rebolado ou, até mesmo, a defesa de homossexuais, só pode existir como sujeito se forçado à visibilidade vexatória no espaço público. Por outro lado, a exposição forçada, a exigência de confissão, contrasta paradoxalmente com o silêncio e a ilegitimidade da homossexualidade nos espaços universitários. Esse aspecto da dinâmica social do preconceito, que reforça a onipresença da norma, acaba por relegar os/as homossexuais à ilegitimidade e ao risco de serem submetidos à humilhação por expressarem seus desejos e afetos publicamente. O armário da Universidade se mantém fechado pelo medo da exposição, o que pode fazer com que as experiências relativas à sexualidade não sejam partilhadas nos espaços de convivência entre estudantes, sobretudo nos cursos mais conservadores. Nessa direção, um professor nos relatou que, durante todos os seis anos da faculdade de medicina nunca soube que havia outro homossexual em sua turma e que, alguns anos depois, descobriu que eram cinco.

Desse modo, podemos visualizar um cotidiano universitário repleto de gestos e discursos atravessados e construídos pelas hierarquias e desigualdades, abrindo espaço

para diversas e dramáticas formas de violência e discriminação. Foi-nos relatado que um aluno transexual, durante as aulas de judô na universidade, era proibido de lutar com os homens apesar de vencer todas as lutas. Independente de seu rendimento ser muito superior ao das mulheres de sua turma e de sua identidade de gênero, só podia competir com elas. Essa situação reforça nossa análise e permite identificar como as ações do cotidiano reiteram a dicotomia masculino/feminino, atribuindo um caráter de “verdade” à norma de gênero. Isto coloca em relevo a dificuldade da Universidade endossar e produzir um debate claro sobre o preconceito na arena pública, incorporando institucionalmente os saberes que ela mesma produz no campo do gênero e da sexualidade.

Nesse mesmo sentido, uma aluna relatou que, no curso de artes, apesar da homossexualidade possuir uma maior legitimidade social, pois vários/as professores/as e alunos/as são assumidamente gays e lésbicas, quando travestis e transexuais começaram a ingressar nos cursos, alguns/mas professores/as reagiram com frases como: “Tal pessoa [referindo-se a uma aluna transexual] se entrar, eu vou chamar com nome de homem, vou ensinar a ser homem”.

Marina Reidel, a primeira transexual a defender uma dissertação de mestrado na UFRGS, relata ao *Jornal do Comércio* situações bastante reveladoras acerca dos constrangimentos que enfrentou para concluir sua formação,

quando eu entrei ainda não tinha alterado o meu nome. Até para fazer a prova eu precisei me identificar com o nome do “falecido” [seu nome masculino de registro]. Depois da entrevista, as pessoas da área me conheciam e me chamavam de Marina. Mas aconteceram coisas estranhas. Voltar para o ambiente acadêmico já causa certa tensão porque os outros ficam te olhando. Uma vez aconteceu de eu estar sentada em uma aula, com mais de cinquenta alunos, e a professora perguntar o meu nome e eu disse: “Marina”. Ela então falou que eu não estava na lista de chamada. Na volta do intervalo, mostrei qual era o meu nome na chamada e ela disse na frente de todos: “Ai coitada, ela tem nome de homem”. A universidade ainda não utiliza o nome social, mesmo já tendo uma normativa do Ministério da Educação sobre isso. No Ensino Fundamental e Médio, o nome social já é adotado. A Universidade Federal do Rio Grande (Furg) também coloca no diploma o nome social. Na UFRGS, ainda não. Meu trabalho de mestrado será assinado como Marina Reidel, pois eu já alterei toda a minha documentação. É importante mostrar que existem esses caminhos (Gustafson 2013).

A “chamada”, ou lista de presença, e a não aceitação do nome social são bons exemplos de como o armário pode ser tomado como um elemento do dispositivo da sexualidade que define o que pode ser dito, e em quais espaços, e o que deve ser silenciado. O armário é uma metaforização da norma e cabe lembrar, como alerta Foucault (1975), que é a norma que estabelece as hierarquias sociais em uma sociedade formalmente igualitária. Em consonância com uma análise bastante consolidada, Fernando Seffner (2013)

afirma que a norma é silenciosa porque é naturalizada, o que dificulta sua publicização e enfrentamento. Entretanto, dizer que ela é silenciosa, assim como a ideia de que se deve “visibilizar” algo que já é visível, comum nas reivindicações do movimento L.G.B.T., ignora a visibilidade abjeta que grita nas humilhações dos trotes, nas celebrações ritualizadas e estereotipadas da heterossexualidade, na reafirmação de uma ciência epistemologicamente marcada pelo sexismo e pela heteronormatidade mascarada de neutralidade racionalista, assim como nas portas dos banheiros (generificados) nas quais abundam os enunciados performativos relativos às sexualidades não heterossexuais e às mulheres. Assim, dizer que a norma é silenciosa implica não levar em conta as vidas que vivem no seu avesso, para as quais a norma grita o tempo todo. Assim como ela grita para todas/os quando a infringimos.

Cabe lembrar mais uma vez que o dispositivo da sexualidade, tal como Foucault o formulou, é histórico e, portanto, vivo, o que significa que temos de acompanhar suas transformações. Foucault afirmou que a sexualidade para a burguesia equivaleria ao sangue azul da nobreza na produção da legitimidade das hierarquias. Assim o dispositivo da sexualidade substitui em importância o dispositivo da aliança. Pode-se dessa forma compreender porque os ritos de entrada no grande armário da Universidade reafirmam a heteronormatividade e a produção da hierarquia das sexualidades como forma de manter a reprodução das elites burguesas. A norma, no caso a heteronorma, e seus efeitos sexistas e heterossexistas são, ao mesmo tempo, produtos que sustentam e azeitam a ação do dispositivo da sexualidade. A norma está viva nas reiterações cotidianas, as quais nunca se fazem no mesmo contexto que marcou as condições de possibilidade para sua emergência. Assim, acreditamos que as expressões visível/invisível, silenciosa/ruidosa reduzem a compreensão da norma na forma como ela expressa a dinâmica das relações de poder.

A universidade, embora lenta, em razão de sua função da (re)produção de elites, as quais necessitam da reprodução das hierarquias sociais para continuar existindo, também está viva. No caso da UFRGS, há espaços criados por grupos de pesquisa e de extensão, assim como coletivos de estudantes, que possibilitam abrir algumas brechas nas portas do armário, aumentando a circulação dentro/fora, embora ainda estejamos longe de sua implosão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão desenvolvida, apresentamos elementos que nos ajudam a identificar articulações entre as formas mais espetacularizadas e as formas mais cotidianas de violência, preconceito e discriminação. Os trotes funcionam como rituais de passagem que regem a entrada dos alunos/as na universidade, inserindo valores que transitam em níveis diferentes de visibilidade e ocultamento, intercambiáveis de contexto a

contexto, o que faz as formas de violência, espetacularizadas e cotidianas, legitimarem-se mutuamente.

Entre o preconceito e a discriminação, entre a legitimidade e a ilegitimidade destas situações, como a universidade negocia com a violência? Na condição de um espaço que confronta diferentes perspectivas sobre a hierarquização social, sobretudo no contexto atual de esforços pela democratização — com a entrada de alunos cotistas e bolsistas — argumentamos que a universidade não apenas reproduz as desigualdades sociais, mas produz novas formas de desigualdade, além de atualizar discursos discriminatórios, simultaneamente ao tratamento e vivência dos conflitos no espaço acadêmico¹³. É importante ressaltar, como já dito, que a universidade não é monolítica, ela é um campo de disputas e, lentamente, temos percebido modificações. Entretanto, nas situações aqui descritas, sobretudo na forma espetacular do preconceito, a desigualdade legitimada é reiterada nos trotes e seus rituais encenados a cada início de semestre.

A análise que realizamos para este artigo nos leva a recomendar um levantamento mais sistemático dos trotes e das formas de violência perpetradas na universidade, para que tenhamos um escopo mais preciso deste fenômeno. Siqueira *et al.* (2012), a partir de estudo junto a alunos de enfermagem, aponta também a importância de novas análises que contemplem outras especialidades profissionais no campo da saúde. Estudos neste sentido poderão contribuir para um maior conhecimento não apenas acerca das dinâmicas do preconceito e da discriminação na universidade, mas também sobre o caráter da democracia brasileira e as possibilidades de pensarmos uma educação transformadora e comprometida com a superação da violência e das formas agudas e aviltantes de desigualdade da sociedade brasileira.

13 Siqueira *et al.* (2012: 147) identifica que a entrada de “grupos marginalizados” através de “políticas de inclusão” estão aguçando alguns conflitos sociais, pois, “em um nível micro, a identificação de certas características no(a) outro(a) constitui, de certa forma, uma ameaça à identidade do sujeito. Entre importantes catalisadores dos processos de exclusão estão o gênero, a sexualidade, a raça/etnia e a classe social”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZCONA, J. Estrutura Social e Lógica Simbólica. In: AZCONA, J. *Antropologia I – História*. Petrópolis: Vozes: 111-116, 1992.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BORRILLO, D. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BUTLER, J. *Gender Trouble*. New York: Routledge, 1990.
- CHEREM, C. UFMG Processa 198 Alunos, mas não Considera Trote Racista. **UOL**, S.L., 09 jul. 2013. (Notícias. UOL Vestibular) Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/09/ufmg-processa-198-alunos-mas-nao-considera-trote-racista.htm>> Acesso em: 15 de setembro de 2013.
- FONSECA, C. *Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, M. *Surveiller et Punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- _____. *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- _____. Le sujet et le pouvoir. In: DEFERT, D; EWALD, F. *Dits et Ecrits IV*. Paris: Gallimard: 222-242, 1994.
- GODELIER, M. *La Production des Grands Hommes: pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée*. Paris: Fayard, 1982.
- GUSTAFSON, J. Transexualidade e Educação Convivem no Mesmo Espaço. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 23 ago. 2013. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=132591>>. Acesso em: 15 de setembro de 2013.
- JUNQUEIRA, R. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas, Natal*, v. 1, n. 1: 1-22, 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/vo1n01art07_junqueira.pdf> Acesso em: 15 de setembro de 2013.
- MARTINS, D; PRADO, M. 1, 2, 3, 4... De quando o Esclarecimento Escapa da Universidade. *Boletim*, Belo Horizonte, ano 34, n. 1598, 2008. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1598/2.shtml>.
- PITT-RIVERS, J. Honra e Posição Social. In: PERISITIANY. *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965:13-59.
- _____. *Antropología del Honor o Política de los Sexos*. Barcelona: Crítica, 1979.
- POCAHY, F. A; NARDI, H. C.. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes,

- sexualidades e vulnerabilidade social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1: 45-66, 2007.
- PRADO, M; MACHADO, F. *Preconceito Contra Homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____; MARTINS, D; ROCHA, L. O Litígio sobre o Impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. *Bagoas, Natal* v. 3, n. 4: 209-232, 2009.
- _____; MOUNTIAN, I.; MACHADO, F; SOUZA, L. Los Movimientos LGBT y las Luchas por La Democratización de las Jerarquías Sexuales en Brasil. *Revista Digital Universitaria*, Ciudad de México, v. 11, n. 7, 2010. Disponível em <<http://www.revista.unam.mx/vol.11/num7/art68/index.html>>. Acesso em: 15 de setembro de 2013.
- RANCIÈRE, J. *El Desacuerdo: política y filosofía*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2010.
- _____. O Dissenso. In: NOVAES, A. (Org.) *A Crise da Razão*. São Paulo: Minc-Funart/ Companhia das Letras, 1996: 367-38.
- SEDGWICK, E. K. A Epistemologia do Armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28: 19-54, 2007.
- SEFFNER, F. Sigam-me os Bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 1: 145-159, 2013.
- SIQUEIRA, V.; FONSECA, M.; SÁ, M; LIMA, A. Construções identitárias de estudantes de farmácia no trote universitário: questões de gênero e sexualidade. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2 (68): 145-159, 2012.
- _____; ROCHA, G. A Construção de Diferenças de Gênero entre Estudantes de Medicina em Espaços Não-Formais da Universidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 30: 231-268, 2008.
- _____. Gênero e relações de poder no trote universitário: implicações para a cidadania. In *Fazendo Gênero: corpo, violência e poder*, 8, 2008, Florianópolis. *Anais eletrônicos*. UFSC, 2008. U2008b. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST5/Siqueira-Rocha_05.pdf>
- VIOMUNDO. *Trote Racista na UFMG Provoca Indignação nas Redes Sociais*. S.l.:18 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/trote-racista-na-ufmg-provoca-indignacao-nas-redes-sociais.html>> Acesso em: 15 de setembro de 2013.
- VILLAAMIL, F. Economía Política del Armario: políticas del silencio, políticas de la autenticidad. *Revista Psicología Política*. v. 4, n. 8: 275-302, 2005.
- WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2: 460-482, 2001.

THE UNIVERSITY “CLOSET”: INSTITUTIONAL SILENCE AND VIOLENCE, BETWEEN SPECTACULARIZATION AND DAILY VIOLENCE OF GENDER AND SEXUAL PREJUDICE

ABSTRACT

This article aims to discuss how the university, an institution that has historically (re)produced elites, articulates mechanisms of social regulation that (re) produce sexual and gender hierarchies. We will employ the closet's metaphor presented by Eve K. Sedgwick in order to analyze the ritualized practices that take place routinely in University. We intend to demonstrate, using quotidian observations and students and professors experiences' narratives of one of the top Brazilian universities, the ways violence is performed as a form of regulation of gender and sexual expressions. The analysis indicates that violence emerges in a more spectacularized way in freshmen's reception and hazing rituals, but is systematically present in daily practices delimitation of place where it is or is not possible to speak about non heterosexual sexualities. The articulation of these forms of violence constructs a heteronormative and heterosexist context.

KEYWORDS

Violence, higher education, hazing rituals, heterosexism, heteronormativity.

SUBMETIDO EM

Setembro de 2013

APROVADO EM

Maio de 2014

SOBRE OS AUTORES

HENRIQUE CAETANO NARDI

Doutor em Sociologia, Professor do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Contato: hcnardi@gmail.com.

PAULA SANDRINE MACHADO

Doutora em Antropologia Social, Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

FREDERICO VIANA MACHADO

Doutor em Psicologia, Professor do Curso de Saúde Coletiva da UFRGS.

Contato: phredvm@gmail.com.

LETÍCIA ZENEVICH

Advogada, mestranda em ciência política na Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris.